

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI N° 00255/2024

- 1 - Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Saúde, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
- 2 - Em resposta ao recurso, o órgão informou que, em relação à Lei 17.745/2023, foi criado um grupo técnico de trabalho por meio da Resolução 62/2024. As atividades do referido grupo ainda estão em andamento, somente após a publicação do ato decisório, os documentos e ações a ele relacionados serão disponibilizados. Acrescentou ainda que não está prevista consulta pública, uma vez que a resolução e os critérios da fila são baseados em aspectos técnicos. Além disso, como o processo ainda está em curso, não há previsão para a publicação da norma regulamentadora. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente recurso à Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, com base no artigo 20 do Decreto nº 68.155, de 9 de dezembro de 2023.
- 3 - Ao analisar a resposta fornecida, a equipe técnica da CODUSP entrou em contato com o órgão solicitando a complementação das informações, o recorrido informou que as reuniões do grupo de trabalho ocorreram de forma híbrida (presenciais e on-line), mas não foram elaboradas atas dessas reuniões. Acrescentou que as atividades do grupo de trabalho já foram concluídas apesar de ainda não ter sido publicada o ato decisório. Ao final, forneceu o número do processo "SEI (024.00025326/2024-48)", informando que o último andamento registrado foi "CRS (0042172962) do Coordenador Glalco Cyriaco – Coordenador de Saúde, encaminhando o processo para o Gabinete do Secretário para conhecimento e providências cabíveis (data: 07/10/2024)."
- 4 - Assim, considerando que, durante a instrução do recurso de 2ª instância, o órgão complementou as informações apresentadas no pedido inicial e justificou a impossibilidade de disponibilizar informações que serão utilizadas para edição de ato decisório, **julgo prejudicado o recurso**, em relação à parcela da informação disponibilizada durante a instrução, por **perda parcial de objeto e nego provimento** da parcela do pedido na qual incide a excepcional restrição temporária por estar em curso a edição do ato decisório, com fundamento nos artigos 7, §3º, da Lei nº 12.527/2011, descaracterizadas as hipóteses previstas no artigo 20 do Decreto 68.155/2023.
- 5 - Publique-se na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – FALA.SP, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Tipo de Decisão:

Perda Parcial de Objeto

Prazo Limite para Cumprimento da Decisão:

Selecione



Status da Decisão

